# A CORRUPÇÃO AFETA A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA?

Eduarda Senger Ribas Lima [2], Daniel Moraes Pinheiro[3]

[1] Vinculado ao projeto "Compreendendo a cultura política e confiança a partir do papel das organizações que atuam na educação política."
[2]Acadêmico (a) do Curso de Administração Pública – ESAG – Bolsista PROBIC/UDESC
[3] Orientador, Departamento de Administração Pública – ESAG – daniel.pinheiro@udesc.br

Esta proposta de pesquisa de iniciação científica tem como objetivo geral identificar como a percepção da corrupção afeta a participação do povo brasileiro na política e, particularmente, como a população de brasileira tem essa participação. Para tanto, além de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, pretende-se fazer uma pesquisa qualitativa, modalidade de investigação não estatística que possibilita aprofundar o conhecimento sobre o pensamento de um determinado grupo de pessoas, que representa uma camada da população. Espera-se ter como resultados respostas para os objetivos específicos apontados no decorrer deste projeto de pesquisa. Buscando um maior aprofundamento de conhecimentos sobre o tema, primeiramente foi realizada revisão bibliográfica, utilizando-se especialmente bibliotecas digitais para, em seguida, aprofundar a busca em bases de dados. Para realizar a pesquisa, utilizaremos a técnica de entrevistas em profundidade, cujo número definiremos no decorrer do trabalho, para discutir e explorar as reações e sentimentos do público com relação à sua percepção sobre a corrupção e sobre a política a partir de um roteiro sobre os temas. A análise dos resultados será feita, de modo interpretativo, considerando as respostas alcançadas.

A referência à desconfiança dos cidadãos, destaque-se, não se aplica somente aos poderes Executivo e Legislativo, mas inclusive ao Judiciário e refletindo-se em entidades da sociedade civil e instituições religiosas, dentre outros. Moisés e Meneguello (2013, p.2) questionam:

> [...] o fenômeno de desconfiança generalizada de políticos e de governos, e a falta de crença pública nas instituições de representação estão minando ou corroendo, não apenas as expectativas usuais, mas também a legitimidade do próprio regime democrático? E em que medida os efeitos de práticas antirrepublicanas como a corrupção e o nepotismo sobre as avaliações públicas do regime agravam essa possibilidade, afetando a motivação dos cidadãos de participar politicamente ou mesmo a sua percepção sobre a efetividade dos direitos de cidadania?

Sob as perspectivas de Moises (2010), a corrupção afeta muitas nações democráticas. Sistemas democráticos baseados em efetiva competição política propiciariam maior acompanhamento público da ação de governos e colocariam o comportamento de burocratas e políticos sob a vigilância dos eleitores. Ademais, sistemas políticos em que os chefes de governo são eleitos diretamente aparecem nas pesquisas como mais associados com níveis agregados de percepção da corrupção.

De um panorama quase que de senso comum, a corrupção significa a sobreposição dos interesses privados ao interesse público. Só é possível compreender o que é ou o que não é corrupção quando há valores e normas pressupostos, que são resultado de concepções morais da

política, que espelham os processos de deliberação pública. Como o cidadão comum está sujeito a uma cultura esotérica, tendo em vista um mundo especializado e técnico, quando se trata do campo político, o real alcance do escândalo de corrupção e suas consequências são sempre diminuídos. Mesmo que haja uma mobilização por parte da opinião pública, os discursos assertóricos emitidos pelos atores do campo político sempre terminam por escamotear a verdade, uma vez que sempre estão fora de seu alcance. Como essa linguagem não é compreensível pela audiência, o comum é que ela saia de cena, fazendo com que o campo se recomponha ou pela antiga ou por uma nova distribuição de poder.

Sob este olhar, segundo Filgueiras (2009), a corrupção representa estratégias de sobrevivência em meio a uma moralidade social marcada pela distinção e é explicada por uma teoria da ação informada pelo cálculo que agentes racionais fazem dos custos e dos benefícios de burlar uma regra institucional do sistema político em busca por vantagens.

Mas os avanços das reformas da máquina pública, nas últimas décadas, são inegáveis, com o reforço da transparência. Contudo, falta, à democracia brasileira um senso maior de publicidade, pelo qual a transparência esteja referida a uma ativação da cidadania, à *accountability* e à participação, sem os quais os esforços de combate e controle da corrupção ficarão emperrados em meio a uma cultura política tolerante às delinquências do homem público.

Portanto, após esta primeira etapa de leituras e reflexão acerca da problemática da corrupção em relação à participação na política, percebeu-se que a sociedade que quer punição e soluções para corrupção é a mesma que não se conscientiza da importância do voto que elege os "comandantes" do nosso país. Desse modo, a partir do momento em que compreendemos que as formas de vida têm grande influência na prática ou não de atos de corrupção, passamos a entender como as pessoas desenvolvem o seu caminho de vida e, consequentemente, estamos habilitados a identificar com maior clareza como é possível promover hábitos que apresentam os caminhos éticos que cada indivíduo, mergulhado nesse contexto de regras e práticas sociais. Neste sentido, sugere-se conduzir novos estudos que avaliem, continuamente, a percepção da população sobre o fenômeno da corrupção e sua relação com a política.

**Palavras-chave:** Corrupção; Participação na política; Política e cidadania

## Referências

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 15, nº 2, novembro, 2009, p.386-421.5. Acesso em: 06 jul 2022.

MOISÉS, J. A. A Corrupção Afeta a Qualidade da Democracia? ***Em debate* – Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, v. 2, n.5, p.27-37, mai. 2010.

MOISÉS; MENEGELLO (Orgs.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia – o caso do Brasil**. São Paulo, Edusp, 2013.